



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANTÔNIO CARLOS



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2020

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: REGIÃO DE SAÚDE: GRANDE FLORIANÓPOLIS	12
TABELA 2: 10 PROCEDIMENTOS MAIS REALIZADOS NO ANO 2020	23
TABELA 3: PRODUÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS	26
TABELA 4: ESTABELECIMENTOS POR TIPO	26
TABELA 5: REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR NATUREZA JURÍDICA.....	27
TABELA 6: PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS	34
TABELA 7: DESPESA TOTAL EM SAÚDE POR FONTE E SUBFUNÇÃO	40
TABELA 8: INDICADORES DO ENTE FEDERADO	42
TABELA 9: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	52
TABELA 10: REPASSES COVID MENSAL	56
TABELA 11: DESPESAS DECORRENTES DO ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL CORONAVÍRUS (COVID-19).....	62

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS POR RESIDÊNCIA DA MÃE.....	17
QUADRO 2: NUMERO DE NASCIDOS VIVOS POR TIPO DE PARTO.....	17
QUADRO 3: NASCIDOS VIVOS POR SEXO:	17
QUADRO 4: NASCIDOS VIVOS POR ANO DO NASCIMENTO SEGUNDO PESO AO NASCER	18
QUADRO 5: NASCIDOS VIVOS POR ANO DO NASCIMENTO SEGUNDO IDADE DA MÃE.....	18
QUADRO 6: MORBIDADE HOSPITALAR DE RESIDENTES, SEGUNDO CAPÍTULO DA CID-10.....	19
QUADRO 7: PRODUÇÃO DE ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS	24
QUADRO 8: PROFISSIONAIS CENTRO DE SAÚDE	28
QUADRO 9: PROFISSIONAIS UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - ESF	29
QUADRO 10: ITENS MAIS DISPENSADOS.....	35
QUADRO 11: INDICADORES SISPACTO	38
QUADRO 12: APURAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 2020.....	44
QUADRO 13:RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) - RECEITA	45
QUADRO 14: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) - DESPESA.....	47
QUADRO 15: APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM APS	48
QUADRO 16: HISTÓRICO EMPENHOS.....	49
QUADRO 17: RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	49
QUADRO 18: DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	50
QUADRO 19: DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES.....	51
QUADRO 20: DEMONSTRATIVO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....	55
QUADRO 21: CREDENCIAMENTO CENTRO DE REFERENCIA COVID	58
QUADRO 22: DESPESAS DECORRENTES DO ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS (COVID-19)	61
QUADRO 23: DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).....	62
QUADRO 24: DESPESAS COVID.....	63
QUADRO 25: DESPESA MATERIAL DE CONSUMO	64
QUADRO 26: DESPESA MATERIAL FARMACOLÓGICO	64
QUADRO 27: DESPESA MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA.....	65
QUADRO 28: PROTEÇÃO E SEGURANÇA	66
QUADRO 29: DESPESA MATERIAL HOSPITALAR.....	66
QUADRO 30: DESPESA MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL	67
QUADRO 31: OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	67
QUADRO 32: DESPESA SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA	67
QUADRO 33: DESPESA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	67
QUADRO 34: DESPESA SERVIÇOS DE TREINAMENTO.....	68
QUADRO 35: DESPESA SERVIÇOS GRÁFICOS.....	68
QUADRO 36: DESPESA MATERIAL PERMANENTE.....	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA MUNICÍPIO	9
FIGURA 2: MAPA MACRORREGIÃO GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	13
FIGURA 3: RELATÓRIO CADASTRO INDIVIDUAL ESUS.....	16

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: LINHA DO TEMPO ATENDIMENTO ÚLTIMOS 12 MESES	21
GRÁFICO 2: ATENDIMENTOS POR DIA DE SEMANA	22
GRÁFICO 3: ATENDIMENTOS POR SEXO	22
GRÁFICO 4: ATENDIMENTOS POR UBS	23
GRÁFICO 5: ATENDIMENTOS POR PROFISSIONAL ESF (MÉDICO/ENFERMEIRO).....	32
GRÁFICO 6: ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO INDIVIDUAL ESUS.....	33
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPARATIVA DA SAÚDE (%) 2016-2020.....	44
GRÁFICO 8: ESPESA ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS – COVID 19.....	69

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO	9
1.1	Informações Territoriais	9
1.2	Secretaria de Saúde	10
1.3	Informações da Gestão	11
1.4	Fundo de Saúde	11
1.5	Plano de Saúde	11
1.6	Informações sobre Regionalização	11
1.7	Conselho de Saúde.....	13
1.8	Casa Legislativa	14
2	INTRODUÇÃO	15
3	DADOS DEMOGRAFICOS E DE MORBIDADE	16
3.1	População estimada por sexo e faixa etária	17
3.2	Nascidos Vivos	17
3.3	Principais causas de internação	19
4	DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS	21
4.1	Produção de Atenção Básica	21
4.2	Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos	24
4.3	Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização.....	24
4.4	Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos	24
4.5	Produção de Assistência Farmacêutica.....	25
4.6	Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos	25
5	REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS.....	26
5.1	Por tipo de estabelecimento e gestão	26
5.2	Por natureza jurídica	27
5.3	Consórcios em saúde	27
6	PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS.....	27
7	PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS.....	32
7.1	Diretrizes, objetivos, metas e indicadores	32
7.1.1	DIRETRIZ Nº 1 - Manutenção da Unidade de Saúde	32
7.1.2	DIRETRIZ Nº 2 - Ações de Saúde da Família	32
7.1.3	DIRETRIZ Nº 3 - Ações Com Agentes Comunitários de Saúde	33

7.1.4	DIRETRIZ Nº 4 - Ações de Saúde Bucal.....	33
7.1.5	DIRETRIZ Nº 5 - Ações de Assistência Farmacêutica Básica.....	35
7.1.6	DIRETRIZ Nº 6 - Ações de Vigilância Sanitária	36
7.1.7	DIRETRIZ Nº 7 - Ações de Vigilância Epidemiológica	36
7.1.8	DIRETRIZ Nº 8 - Gestão em Saúde	36
8	INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA	37
9	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	40
9.1	Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica	40
9.2	Indicadores financeiros.....	41
9.3	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	45
9.4	Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho.....	52
9.5	Covid-19 Repasse União	55
9.6	Covid-19 Recursos Próprios	62
9.7	Covid-19 Repasse Estadual.....	63
10	AUDITORIAS	69
11	ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS	69
12	RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	72

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Informações Territoriais

O município de Antônio Carlos- SC ocupa uma área territorial de 229,12 km², localiza-se na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, limitando-se ao norte com os municípios de: Biguaçu, São João Batista e Major Gercino, a oeste com o Município de Angelina, a leste com os Municípios de Biguaçu e São José e ao sul com os Municípios de São José e São Pedro de Alcântara.



Figura 1: Mapa Município

A distância até à capital, Florianópolis, é de 35,4 km. A topografia é acidentada, com altitude de 30 metros em média, chegando a 886 metros. O clima é

temperado úmido, podendo chegar até 7°C no inverno, com uma temperatura média anual de 23°C. Antônio Carlos encontra-se numa região caracterizada pela colonização de Alemã, portuguesa e africana, predominante Alemã. Com 55 anos de emancipação política, o município é hoje um dos maiores produtores de hortifrutigranjeiros do Estado, com uma produção agrícola de 150 mil toneladas por ano é maior produtor de hortaliças de Santa Catarina. Antônio Carlos detém um dos maiores IDH (Índices de Desenvolvimento Humano) de Santa Catarina e do país, que por sua vez reflete na excelente qualidade de vida de sua população. Os parques aquáticos são uma grande atração de Antônio Carlos, que chama a atenção, também, pelo turismo religioso representada e suas belas igrejas e grutas. Até mesmo a fundação do município aconteceu a partir da primeira capela construída pelos imigrantes alemães, no limite com São Pedro de Alcântara. Hoje, com 8 mil habitantes, a cidade mantém um clima rural e é conhecida pelos seus produtos artesanais: farinha de mandioca e a cachaça, reconhecida pela qualidade. A agricultura permanece uma das principais atividades econômicas. Boa parte dos hortifrutigranjeiros servidos à mesa da população da Grande Florianópolis vem das plantações de Antônio Carlos. As belezas naturais são muitas. O município guarda a maior reserva particular de Mata Atlântica do Estado, a Reserva Ecológica do Caraguatá, aberta ao público mediante agendamento. Devido a sua altitude, que chega a 886 m, é a região mais próxima do litoral com incidências de araucárias e a única em que esta espécie, característica da Serra, aparece junta com coqueiros e palmeiras. Apresenta nascentes preservadas em profusão.

A população do município, conforme último censo realizado em 2010 é de 8.712 pessoas. A densidade demográfica em Antonio Carlos, ano de 2010, foi de 38,02 hab./km. O PIB per capita do município é de R\$ 26.884 (IBGE 2006).

1.2 Secretaria de Saúde

Nome do Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANTONIO CARLOS

Número CNES: 6753744

CNPJ Próprio: 08.585.935/0001-99

CNPJ da Mantenedora: 82892290000190

Endereço: RUA 06 DE NOVEMBRO 210

Email: saude@antoniocarlos.sc.gov.br

Telefone: (48) 3272-8670

1.3 Informações da Gestão

Prefeito(a): GERALDO PAULI

Secretário(a) de Saúde em Exercício: SOLANGE APARECIDA SCHMITZ
KREMER

E-mail secretário(a): secretaria.saude@antoniocarlos.sc.gov.br

Telefone secretário(a): (48) 3272-8646

1.4 Fundo de Saúde

Instrumento de criação: LEI 754/1996

Data de criação: 16/12/1996

CNPJ: 08.585.935/0001-99

Natureza Jurídica: FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA
MUNICIPAL

Gestor do Fundo

Nome: SOLANGE APARECIDA SCHMITZ KREMER

1.5 Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde: 2018-2021

Status do Plano: Aprovado

1.6 Informações sobre Regionalização

Tabela 1: REGIÃO DE SAÚDE: GRANDE FLORIANÓPOLIS

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
ALFREDO WAGNER	732.277	10136	13,84
ANGELINA	499.947	4686	9,37
ANITÁPOLIS	542.38	3223	5,94
ANTÔNIO CARLOS	229.118	8712	38,02
BIGUAÇU	324.521	70471	217,15
CANELINHA	151.409	12553	82,91
FLORIANÓPOLIS	433.317	516524	1.192,02
GAROPABA	114.67	24070	209,91
GOVERNADOR CELSO RAMOS	93.061	14739	158,38
LEOBERTO LEAL	291.191	2960	10,17
MAJOR GERCINO	285.679	3465	12,13
NOVA TRENTO	402.118	15010	37,33
PALHOÇA	394.662	178679	452,74
PAULO LOPES	450.372	7642	16,97
RANCHO QUEIMADO	286.432	2897	10,11
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	310.735	23907	76,94

SÃO BONIFÁCIO	461.301	2791	6,05
SÃO JOSÉ	113.171	253705	2.241,78
SÃO JOÃO BATISTA	220.726	39719	179,95
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	139.635	6046	43,30
TIJUCAS	276.622	39889	144,20
ÁGUAS MORNAS	360.757	6646	18,42

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

A Macrorregião de Saúde da Grande Florianópolis é composta por 01 (uma) Região de Saúde, conforme descrito abaixo, com uma população de referência de 1.189.947 habitantes, segundo estimativa IBGE 2018 e um total de 22 (vinte e dois) municípios.

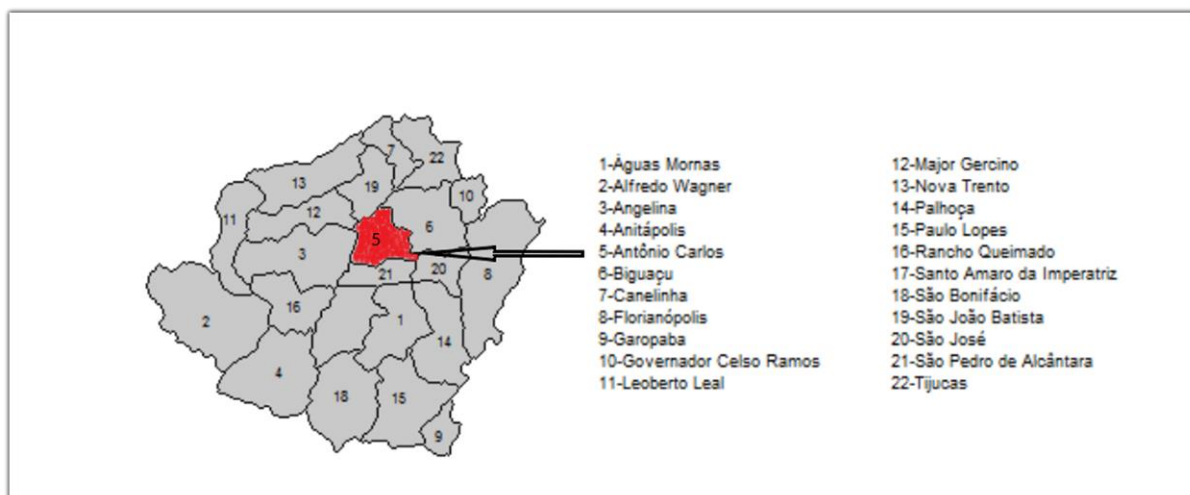


Figura 2: Mapa Macrorregião Grande Florianópolis

1.7 Conselho de Saúde

Instrumento de Criação: LEI 748/1996

Data de Criação: 12/11/1996

Endereço: Rua Seis de Novembro, CEP: 88180-000

E-mail: cms@antoniocarlos.sc.gov.br

Telefone: (48) 9601-5521

Nome do Presidente: Kalina Trivelato de Lima

Número de conselheiros por segmento

Usuários: 12 Governo: 4 Trabalhadores: 6 Prestadores: 2

1.8 Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa: 26/05/2020

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa: 29/09/2020

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa: 23/02/2021

2 INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Gestão (RAG) é um dos instrumentos de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Este é o RAG da Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Carlos, que tem por finalidade documentar e divulgar à sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização as ações e serviços de saúde realizados no ano de 2020. O documento apresenta o desempenho da gestão municipal do SUS no exercício 2020, por meio de demonstrativos da execução das iniciativas indicadas no Plano Municipal de Saúde 2018-2021.

3 DADOS DEMOGRAFICOS E DE MORBIDADE

A população estimada, segundo o IBGE, do município de Antônio Carlos para o ano de 2020 está em 8.513 de habitantes, mas, no Sistema ESUS-AB, no dia 31/12/2020 o município possuía 12.079 cidadãos ativos, o que demonstra 41,88% a mais de população do que a estimativa populacional.

SAÚDE e SUS ATENÇÃO PRIMÁRIA		MINISTÉRIO DA SAÚDE ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS		
FILTROS: Data: 31/12/2020 Unidade de saúde: Todas Equipe: Todas Profissional: Todos CBO: Todos Filtros personalizados: Nenhum				
Relatório de cadastro individual				
Identificação do usuário / cidadão - Faixa etária				
Descrição	Masculino	Feminino	N. Inf	Total
Menos de 01 ano	64	55	0	119
01 ano	77	69	0	146
02 anos	73	80	0	153
03 anos	82	85	0	167
04 anos	103	85	0	188
05 a 09 anos	412	389	0	801
10 a 14 anos	377	372	0	749
15 a 19 anos	422	373	0	795
20 a 24 anos	459	495	0	954
25 a 29 anos	469	506	0	975
30 a 34 anos	487	462	0	949
35 a 39 anos	467	512	0	979
40 a 44 anos	478	447	0	925
45 a 49 anos	427	420	0	847
50 a 54 anos	405	376	0	781
55 a 59 anos	383	340	0	723
60 a 64 anos	267	265	0	532
65 a 69 anos	211	209	0	420
70 a 74 anos	161	178	0	339
75 a 79 anos	105	118	0	223
80 anos ou mais	154	160	0	314
Não informado	0	0	0	0
Total:	6083	5996	0	12079

Figura 3: Relatório cadastro individual eSUS

Pelos dados apresentados na figura 3, a população do município de Antônio Carlos se concentra nas faixas etárias de 20 a 49 anos.

3.1 População estimada por sexo e faixa etária

Há um quantitativo expressivo de pessoas com 60 anos ou mais (superior a 15% da população total) e um quantitativo equilibrado de população feminina e masculina, sendo a masculina, valor levemente superior.

3.2 Nascidos Vivos

Já em relação aos nascidos vivos, na série histórica apresentada (2016-2020) esse número variou entre 135 (2020) e 125 (2017), conforme se observa no quadro 1.

Quadro 1: NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS POR RESIDÊNCIA DA MÃE.

Unidade Federação	2016	2017	2018	2019	2020
ANTONIO CARLOS	128	125	129	130	135

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 15/06/2023.

A Secretaria Municipal da Saúde de Antônio Carlos, promove o Grupo de Pais Grávidos, onde mensalmente são realizadas palestras, preparando as futuras mães para receberem seus bebês. No Grupo, entre outros assuntos abordados, discute-se a importância do parto humanizado com orientações e esclarecimentos. Mesmo assim, em 2020, 57,77% dos nascidos vivos foram por partos cesáreos.

Quadro 2: NUMERO DE NASCIDOS VIVOS POR TIPO DE PARTO

Tipo de Parto	Nascidos Vivos
TOTAL	135
Vaginal	57
Cesário	78

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)

Dados Atualizados em 05/06/2023

Em relação às características dos recém-nascidos, observou-se maior número de crianças do sexo masculino (51,12 – 48,88%).

Quadro 3: NASCIDOS VIVOS POR SEXO:

Sexo	Nascidos Vivos
TOTAL	135

Masc	69
Fem	66

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)
Dados Atualizados em 05/06/2023

A proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (peso inferior a 2500 g) variou de 3,8 a 7,4%, correspondendo a um crescimento de 100% entre os anos de 2019 e 2020.

Quadro 4: NASCIDOS VIVOS POR ANO DO NASCIMENTO SEGUNDO PESO AO NASCER

Peso ao nascer	2018	2019	2020	Total
TOTAL	129	130	135	394
500 a 999g	0	0	2	2
1000 a 1499 g	2	0	1	3
1500 a 2499 g	7	5	7	19
2500 a 2999 g	15	21	21	57
3000 a 3999 g	94	94	95	283
4000g e mais	11	10	9	30

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)
Dados Atualizados em 05/06/2023

Quanto à idade materna, destacou-se a redução de 50% na frequência de mães adolescentes (idade inferior a 20 anos), nos anos de 2018 a 2020. O percentual de mulheres com idade entre 20 e 34 anos variou entre 74,4 e 82,2% no mesmo período, enquanto a proporção de mães com idade maior ou igual a 35 anos reduziu de 20,9 para 15,5%.

Quadro 5: NASCIDOS VIVOS POR ANO DO NASCIMENTO SEGUNDO IDADE DA MÃE

Idade da Mãe	2018	2019	2020	Total
TOTAL	129	129	135	393
15 a 19 anos	6	3	3	12
20 a 24 anos	26	28	34	88
25 a 29 anos	45	36	42	123
30 a 34 anos	25	38	35	98
35 a 39 anos	23	20	18	61
40 a 44 anos	4	4	3	11

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)
Dados Atualizados em 05/06/2023

3.3 Principais causas de internação

Analisando as causas de morbidade hospitalar na quadro 6, excluindo a primeira causa de internação – Gravidez e puerpério – que não são expressões de morbidade e ocorrem dentro do esperado, as causas de internações que mais prevaleceram em 2020 foram por causas externas (14,16%), neoplasias (13,31%), doenças do aparelho circulatório (12,47%), doenças do aparelho digestivo (6,3%), Algumas doenças infecciosas e parasitárias (5,91%) e doenças do aparelho geniturinário (4,86%). Avaliando a morbidade hospitalar dos anos da série histórica desde 2016, observa-se uma redução de 17,59% do n° total de internações para 2020.

Quadro 6: MORBIDADE HOSPITALAR DE RESIDENTES, SEGUNDO CAPÍTULO DA CID-10.

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	15	16	9	15	28
II. Neoplasias (tumores)	68	58	60	39	63
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2	1	1	1	2
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6	5	6	6	1
V. Transtornos mentais e comportamentais	10	14	16	13	9
VI. Doenças do sistema nervoso	18	18	7	11	7
VII. Doenças do olho e anexos	12	10	7	14	12
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	1	2	1	3
IX. Doenças do aparelho circulatório	69	79	69	72	59

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
X. Doenças do aparelho respiratório	38	52	38	50	13
XI. Doenças do aparelho digestivo	60	53	60	57	30
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	10	9	17	18	11
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	15	13	11	18	8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	41	38	38	45	23
XV. Gravidez parto e puerpério	95	103	135	120	101
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	9	13	15	8	12
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	7	16	11	6	9
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	9	11	8	12	7
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	76	70	52	91	67
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	14	17	15	27	8
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
Total	574	597	577	624	473

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 21/06/2023.

Confrontando o comportamento da série histórica, o que chama bastante atenção é o aumento de 86,66% nas internações por algumas doenças infecciosas e parasitárias neste ano de 2020 em relação ao ano anterior.

4 DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

4.1 Produção de Atenção Básica

Os atendimentos ambulatoriais nas unidades de atenção básica foram suspensos durante o 2º quadrimestre de 2020 em razão da pandemia. Retornando gradualmente os atendimentos a partir de setembro de 2020. Porém os atendimentos emergenciais na atenção básica e as rotinas de pré-natal foram mantidas durante esse período.

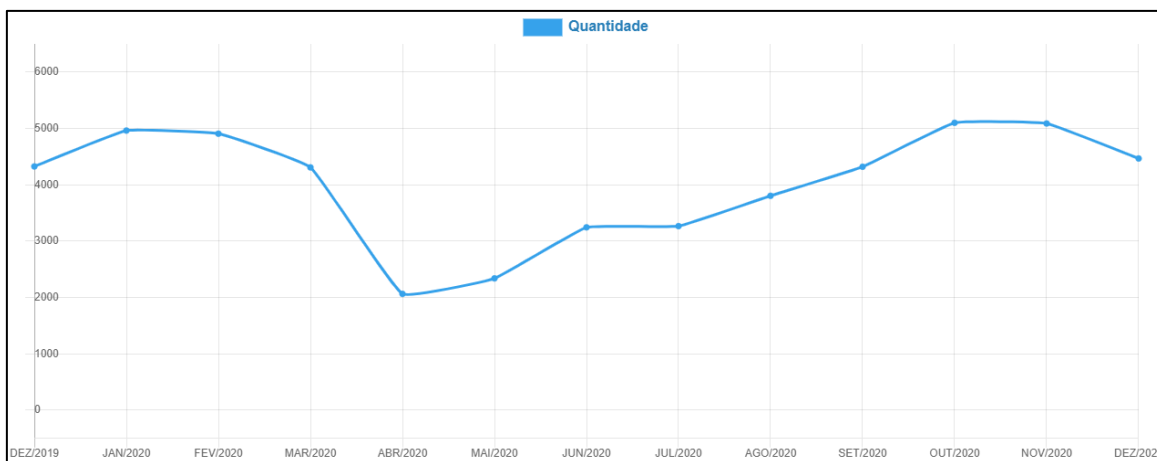


Gráfico 1: LINHA DO TEMPO ATENDIMENTO ÚLTIMOS 12 MESES

Na linha do tempo os atendimentos (Gráfico 1) do ano de 2020 teve seu pico no mês de outubro com 5.100 atendimentos. O mês de abril foi o de menor número de atendimento com 2.065 no total.

Historicamente segunda feira é o dia da semana com o maior número de atendimentos, 10.545, seguido por terça 9.809, e quarta feira com 9.182 atendimentos (Gráfico 2)

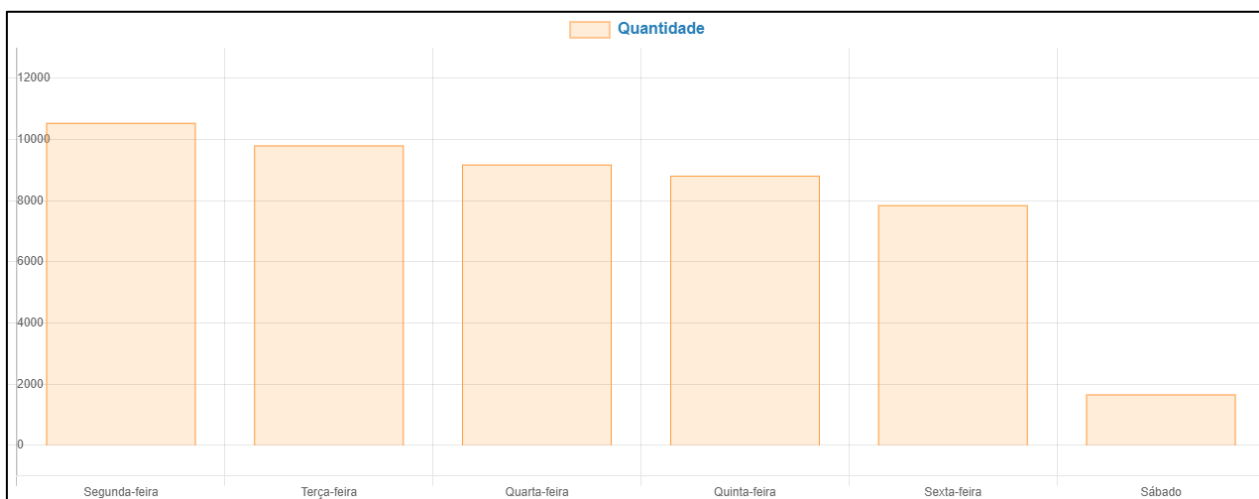


Gráfico 2: ATENDIMENTOS POR DIA DE SEMANA

As mulheres são maioria nos atendimentos na atenção básica no ano de 2020: O gráfico 3 evidencia que do total de atendimentos 61% são mulheres.

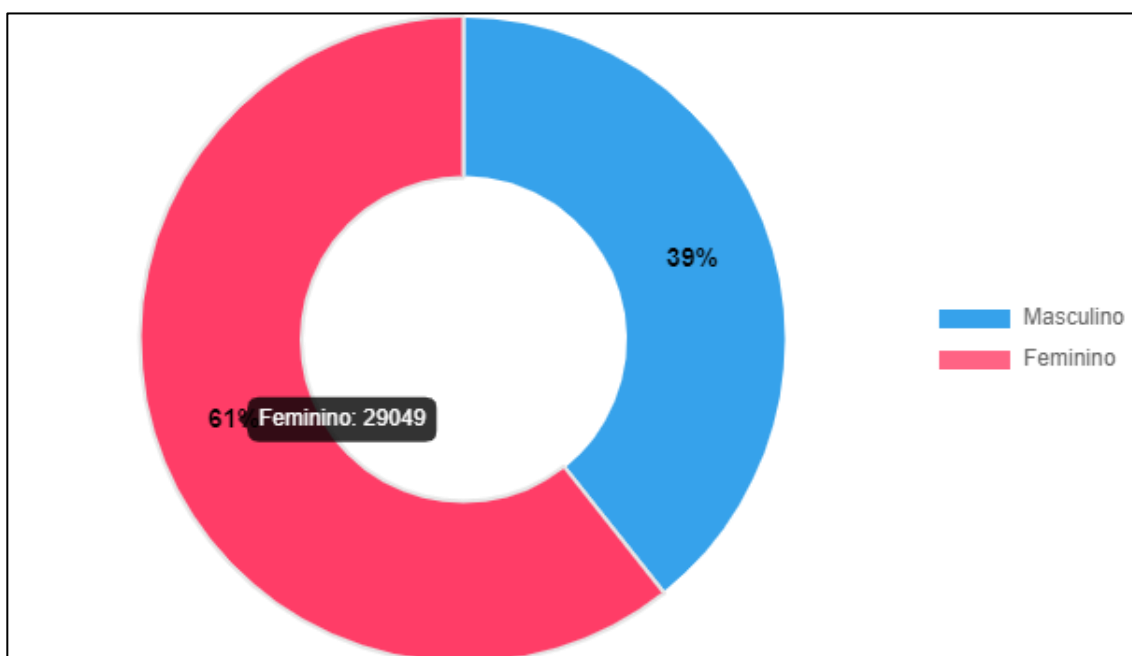


Gráfico 3: ATENDIMENTOS POR SEXO

O município conta com duas UBS, uma para atendimento de demanda espontânea e outra para atendimento de demanda programada. Nesta última atendem as equipes de saúde da família e o núcleo de apoio a saúde da família.

O gráfico 4 mostra o comportamento dos atendimentos nas unidades:

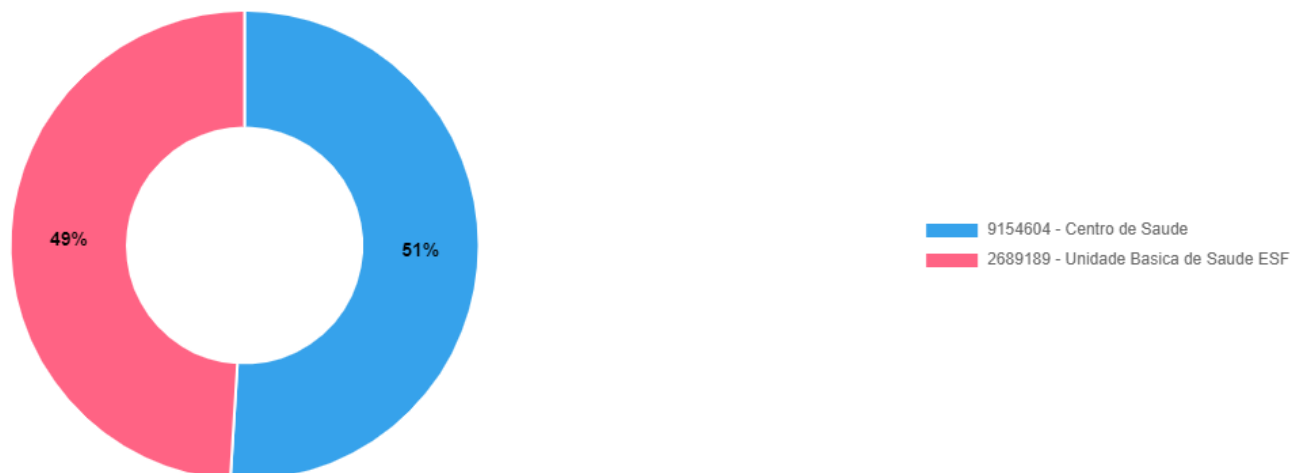


Gráfico 4: ATENDIMENTOS POR UBS

Em relação aos dados de procedimentos na produção dos serviços no SUS, complexidade Atenção Básica apresentamos na tabela 2 os resultados obtidos:

Tabela 2: 10 PROCEDIMENTOS MAIS REALIZADOS NO ANO 2020

10 procedimentos mais realizados	2020
Consulta médica em atenção primária	28.073
Consulta de profissional de nível superior na atenção primária (exceto médico)	15.264
Aferição de pressão arterial	13.213
Aferição da temperatura	10.647
Medição do peso	3.309
Avaliação antropométrica	2.972
Administração de medicamentos por via intramuscular	2.068

Administração de medicamentos por via endovenosa	1.247
Raspagem alisamento e polimento supragengivais (por sextante)	1.195
Curativo simples	1.147
TOTAL	81.155

4.2 Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Em relação a produção de Urgência e Emergência o município é de pequeno porte, não apresenta produção pois não oferece este serviço, encaminhando assim para os hospitais de referência.

4.3 Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

O mesmo acontece com a produção de Atenção Psicossocial, o município realiza atendimento/acompanhamento com profissionais multidisciplinares, sendo que os casos para internação são referenciados para outro município.

4.4 Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

De acordo com os dados da produção dos serviços no SUS, Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos o quadro 7 apresenta um valor muito significativo nos procedimentos com finalidade diagnóstica.

Quadro 7: Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	812	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	51817	293158,99	-	-

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
03 Procedimentos clínicos	2568	21541,38	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	55197	314700,37	-	-

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 21/06/2023.

4.5 Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6 Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Expondo a produção das ações financiadas para Vigilância em Saúde na tabela 3, a produção registrada atingiu o esperado para o ano.

Financiamento: Vigilância em Saúde

Tabela 3: Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	812	-
Total	812	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 21/06/2023.

5 REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

5.1 Por tipo de estabelecimento e gestão

Os dados sobre a rede física prestadora de serviços ao SUS estão em conformidade com o CNES, tanto no que se refere ao tipo de estabelecimento, tipo de gestão e natureza jurídica. Com o CNES da Unidade Básica de Saúde (2689189) temos serviços terceirizados com clínicas, para atender as demandas de serviços que o município não consegue oferecer.

Apesar de serem insuficientes recursos humanos estamos intensificando os trabalhos de cadastramento/atualização dos estabelecimentos no sistema cadastro nacional de estabelecimento de saúde. Acordado com o setor de vigilância sanitária do município, nenhum estabelecimento de saúde terá o alvará sanitário concedido, antes que esteja devidamente cadastrado no CNES.

Tabela 4: ESTABELECIDAMENTOS POR TIPO

Código	Descrição	Total
02	CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	2
22	CONSULTORIO ISOLADO	5
36	CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	3
39	UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	2
68	CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	1
77	SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)	1

A tabela 4 apresenta os estabelecimentos por tipo na competência 12/2020, um total de 14, sendo que 8 são estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS.

5.2 Por natureza jurídica

Período 12/2020

Tabela 5: REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR NATUREZA JURÍDICA

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
MUNICIPIO	3	0	0	3
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	1	0	0	1
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	4	0	0	4
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
PESSOAS FÍSICAS				
Total	8	0	0	8

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

5.3 Consórcios em saúde

O município de Antônio Carlos não está vinculado a consórcio público em saúde.

6 PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS

São 60 profissionais na administração pública e 3 na rede privada que atendem sus. Do total de servidores que hoje compõem o quadro de pessoal do serviço de saúde, todos são efetivos (concursados), salvo casos em que há substituição de profissionais que estão afastados por problemas de saúde. Esta condição faz com que diminua a alta rotatividade de pessoal, como nos anos anteriores, comprometendo o vínculo dos mesmos com a comunidade, em especial os que compõem as Equipes da Estratégia Saúde da Família, imprescindível, para o sucesso dessa política pública de saúde.

O município conta com 2 unidades básica de saúde, uma atendendo demanda espontânea e outra demanda programada. Na unidade de demanda espontânea, CNES 9154604 – Centro de Saúde, conta com a equipe de 17 funcionários, quadro 8 (competência 12/2020):

Quadro 8: PROFISSIONAIS CENTRO DE SAÚDE

Nome	CBO	Vinculação	Tipo	Subtipo	CHS Outro	CHS Amb.
ANGELO ALVES DA SILVA	782310 - MOTORISTA DE FURGAO OU VEICULO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	40	0
ELIZETE SCHMITT	422105 - RECEPCIONISTA, EM GERAL	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	40	0
ESTER DA CUNHA LIRA	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
GRASIELA MARIA SIMAO SILVINO	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
GUSTAVO JOSE MALDAUN RESENDE	225125 - MEDICO CLINICO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	30
HELENA ALFLEN SILVEIRA	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
HUIANA CRISTINE LUCCA	223505 - ENFERMEIRO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
JARDEL JACINTO	225125 - MEDICO CLINICO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
JOAO FELIX DE OLIVEIRA CAMARGO	225125 - MEDICO CLINICO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
LUANA PHILIPPE	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
MAIARA MANNES	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	40
NATANY SIMONES	223505 - ENFERMEIRO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
ROSIMERE APARECIDA SCHMITT MARIA	514225 - TRABALHADOR DE SERVICOS DE LIMPEZA E	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	20	0
SALMA INES SENS MACHADO	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
THAISA MELLO	225125 - MEDICO CLINICO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
THAYNARA REIPERT FAGUNDES	225125 - MEDICO CLINICO	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	20
THAYSE DO AMARAL	322425 - TECNICO EM SAUDE BUCAL DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40

A Unidade Básica de Saúde ESF, CNES 2689189 é onde fica as equipes de saúde da família e equipe multidisciplinar. Abaixo o quadro 9 apresentando os funcionários, que conta com 53 colaboradores (competência 12/2020):

Quadro 9: PROFISSIONAIS UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - ESF

Nome	CBO	Vinculação	Tipo	Subtipo	CHS Outro	CHS Amb.
ALECKSSANDRA BECKER	223405 - FARMACEUTICO	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS	422105 - RECEPCIONISTA, EM GERAL	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	40	0
ALEXANDRA INVITTI DA SILVA	251510 - PSICOLOGO CLINICO	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
ANA PAULA SENA	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
ANICI JOSIANI WIESE DA SILVEIRA	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
CARLA JUNKES SCHAPPO	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	40
CARLA REGINA BESEN KLEIN	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
CELIA SCHEIDT RODRIGUES	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
DAIANA CRISTINA VEBER	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
EDNEIA PAULI BESEN	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
ELISABETH JORDELINA CRISTOVAO	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	40
EMANUELY VENTURA DE SOUZA	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
ETHIELLY MENDES	223565 - ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	40
FRANCINI SCHMITT DE GARAES	131210 - GERENTE DE SERVICOS DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	40	0
IONE MARIA CARDOZO DA ROCHA	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40

Relatório Anual de Gestão – RAG 2020

JACKSON ANDRE SIQUEIRA	225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
JUCELIA LINO ROSA	322205 - TECNICO DE ENFERMAG EM	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
JUCEMERE BARBARA PITZ HOFFMANN	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
JULIA ESPINDOLA GUIMARAES	225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	40
LEILA ANALIA PEREIRA	322425 - TECNICO EM SAUDE BUCAL DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
LEONICE MARTENDAL SCHMITT	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
LETICIA MARTINS	223565 - ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
LINETE RITA VIEIRA NIEHUES DE FARIAS	225124 - MEDICO PEDIATRA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
LUANA MARIA KREICH	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
LUCIANA SCHMITT	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
LUCIMERE GUESSER JUNKES	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
LUIS CLAUDIO DOS REIS	223208 - CIRURGIAO DENTISTA CLINICO GERAL	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
LUIZ GUILHERME ITIMURA MESTRE	225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
LUIZ GUILHERME TEIXEIRA SILVA FILHO	225133 - MEDICO PSIQUIA TRA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
MARCIA CRISTINA WEBER	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
MARCIA DECKER PHILIPPE	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
MARCIELI KOERICH	223505 - ENFERMEIRO	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
MARCIO CAVALLI LAGRECA	223293 - CIRURGIADENTIST A DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
MARIANA APARECIDA CYPRIANO DE CASTRO	225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40

Relatório Anual de Gestão – RAG 2020

MARIANA BORBA	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
MARTHA VALLADARES MESSIAS	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
MAYARA BRASIL MACHADO	225142 - MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
MICHELLE AZEVEDO DE MENEZES	225250 - MEDICO GINECOL OGISTA E	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	20
NATALIA FERREIRA	322425 - TECNICO EM SAUDE BUCAL DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
NATHALIE BAREA SILVEIRA	251605 - ASSISTENTE SOCIAL	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
NELI DE OLIVEIRA FARIA	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
NORBERTO SAKARELA	515140 - AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR CEDIDO	0	40
ODETE KOCH LEITE	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
RAFAEL FILIPE SILVEIRA	223565 - ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
RAQUEL MARIA ROSA ROTHSTEIN	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
ROSELENE PINHEIRO DA PAZ	322245 - TECNICO DE ENFERMAG EM DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
SOLENE KUHN	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
SUZANA PRIM	223565 - ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
TALITA PADILHA PORTO	223565 - ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
VERALDINA GUESSER	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
VIVIANE MARTINS	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	ESTATUTARIO	SERVIDOR PROPRIO	0	40
ZENILDE DE CASSIA BERNES	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	CONTRATO POR PRAZO	PUBLICO	0	40

ZILDA VERONICA WEBER SILVEIRA	515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VINCULO EMPREGATICIO	EMPREGO PUBLICO	PROPRIO	0	40
-------------------------------	--------------------------------------	----------------------	-----------------	---------	---	----

7 PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS

7.1 Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

7.1.1 DIRETRIZ Nº 1 - Manutenção da Unidade de Saúde

No ano de 2020 foram gastos R\$ 10.404.988,70 do fundo municipal de saúde. Registramos que não houve bloqueio nos atendimentos por falta de insumos, equipamentos e estrutura.

7.1.2 DIRETRIZ Nº 2 - Ações de Saúde da Família

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é uma estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

A Equipe da saúde da família, apresentou no ano de 2020 um total de 16.281 atendimentos, realizados por médico e enfermeiro das ESF.

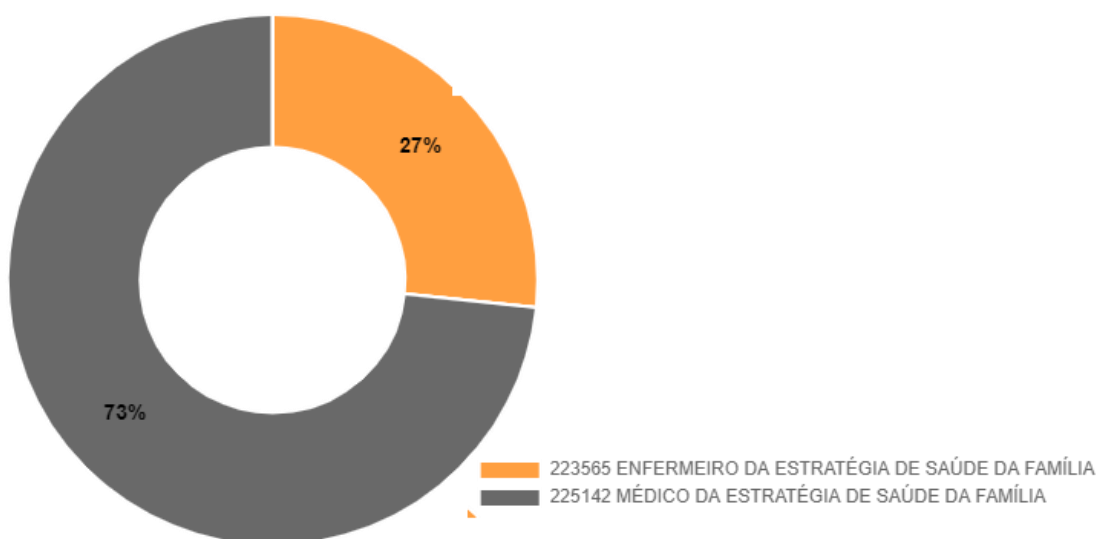


Gráfico 5: ATENDIMENTOS POR PROFISSIONAL ESF (MÉDICO/ENFERMEIRO)

Houve um aumento significativo na oferta e nos atendimentos das equipes de saúde da família, saúde bucal, PACS e outras ações. Isso reflete positivamente nas todas as metas e indicadores das outras diretrizes.

Importante ressaltar que ainda há falhas tanto na inserção das informações no sistema, quanto na apuração das mesmas. Um exemplo são os exames citopatológicos, o resultado está bem aquém do que é realizado pelos profissionais.

7.1.3 DIRETRIZ Nº 3 - Ações Com Agentes Comunitários de Saúde

Em 2020, foi intensificado a atualização dos cadastros no esus pelas agentes comunitárias de saúde. Foram realizadas no ano mais de 37.019 visitas periódicas pelas ACS no período. Uma média de 3.100 visitas/mês.

Foram atualizadas no período 7.936 fichas de cadastro individual pelas ACS (gráfico 6).

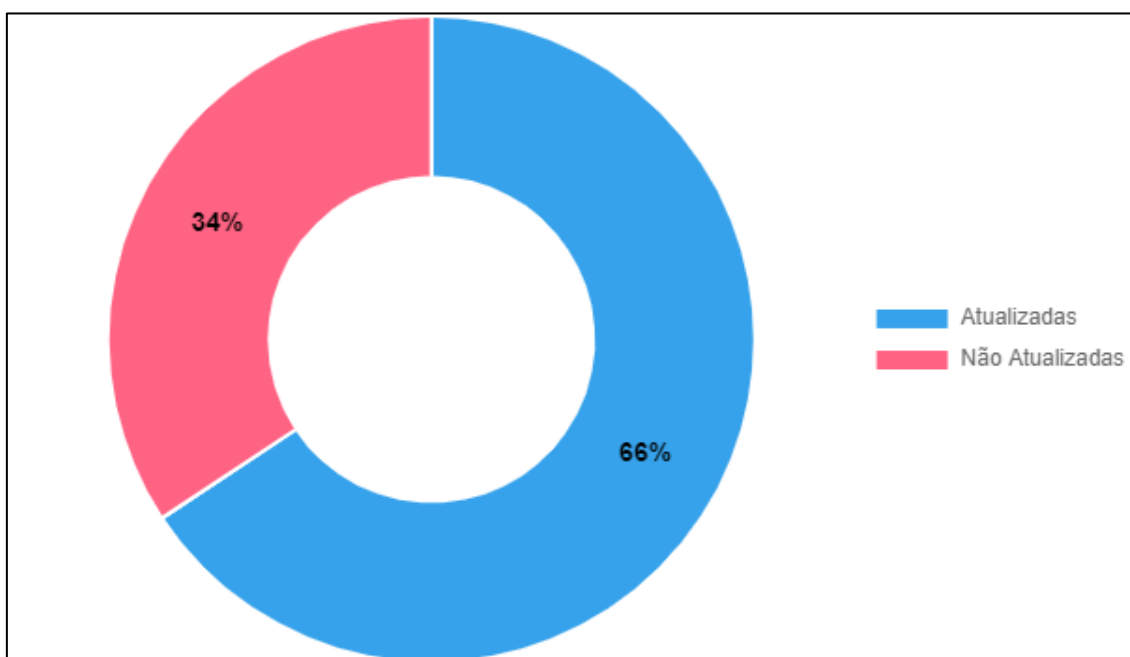


Gráfico 6: ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO INDIVIDUAL ESUS

7.1.4 DIRETRIZ Nº 4 - Ações de Saúde Bucal

O Sistema Único de Saúde (SUS), além de ofertar atendimento ambulatorial e de internação em diferentes especialidades, também disponibiliza gratuitamente o acesso da população ao dentista.

Esses serviços contam com Equipes de Saúde Bucal, que integram as Equipes de Saúde da Família e contam com cirurgião dentista, técnicos ou auxiliares em saúde bucal. A pessoa com diagnóstico de cárie ou doenças periodontais (sangramento de gengiva, por exemplo) será atendida pelos profissionais da equipe de Saúde Bucal, que são responsáveis por realizar ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. Caso seja necessário, as equipes podem encaminhar o paciente para a área especializada nos municípios de referência.

O município conta com 1 cirurgião dentista 40h e 2 com carga horaria de 20 horas semanais. O dentista de 40 horas semanais compõe 1 equipe de saúde bucal. A cobertura populacional equivale a 80% da população. Além de atendimentos na unidade de saúde com consultas programadas e de demanda espontânea, são feitos trabalhos de escovação supervisionada e educação em saúde bucal, nas escolas municipais.

Tabela 6: PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

Procedimentos Odontológicos	Quantidade
RASPAGEM ALISAMENTO E POLIMENTO SUPRAGENGIVAIS (POR SEXTANTE)	1195
ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA	897
ORIENTAÇÃO DE HIGIENE BUCAL	677
PROFILAXIA / REMOÇÃO DA PLACA BACTERIANA	601
CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA (EXCETO MÉDICO)	542
PRIMEIRA CONSULTA ODONTOLÓGICA PROGRAMÁTICA	517
RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE POSTERIOR	412
ACESSO A POLPA DENTARIA E MEDICACAO (POR DENTE)	226
EXODONTIA DE DENTE PERMANENTE	207
CAPEAMENTO PULPAR	193
RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR COM RESINA COMPOSTA	192
RASPAGEM ALISAMENTO SUBGENGIVAIS (POR SEXTANTE)	154
SELAMENTO PROVISÓRIO DE CAVIDADE DENTÁRIA	152
EXCISÃO E/OU SUTURA SIMPLES DE PEQUENAS LESÕES / FERIMENTOS DE PELE / ANEXOS E MUCOSA	110
RESTAURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO	99
RETIRADA DE PONTOS DE CIRURGIAS	93

Procedimentos Odontológicos	Quantidade
EXODONTIA DE DENTE DECÍDUO	58
AJUSTE OCLUSAL	49
CURATIVO DE DEMORA C/ OU S/ PREPARO BIOMECANICO	44
APLICAÇÃO TÓPICA DE FLÚOR (INDIVIDUAL POR SESSÃO)	17
CIMENTAÇÃO DE PRÓTESE	9
REEMBASAMENTO E CONserto DE PROTESE DENTARIA	6
DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS	6
DRENAGEM DE ABSCESSO	5
COROA PROVISORIA	2
ULOTOMIA / ULECTOMIA	2
PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL	2
RADIOGRAFIA PERIAPICAL / INTERPROXIMAL	1
MANUTENÇÃO/CONserto DE APARELHO ORTODÔNTICO/ORTOPÉDICO	1
BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA	1
CURETAGEM PERIAPICAL	1
TOTAL:	6.471

Copyright © Rang Tecnologia 2021

No ano de 2020 o município atendeu 1.976 munícipes. Destes, 301 tiveram seu tratamento concluído. Foram 6.471 procedimentos no período (tabela 6).

7.1.5 DIRETRIZ Nº 5 - Ações de Assistência Farmacêutica Básica

A farmácia instalada nas dependências da unidade de saúde, realiza a dispensação de medicamentos para a população e também para uso interno nas UBS. O município dispensa os medicamentos constantes na RENAME e REMUME, além de medicamentos do componente especializado e judicializado. Em 2020 foram dispensadas 3.300.463 unidades de medicamentos na farmácia da UBS. Atendidas na farmácia 29.812 pessoas.

Quadro 10: ITENS MAIS DISPENSADOS

ITEM	QUANTIDADE
SINAVSTATINA 20 MG (MEDICAMENTO)	280350
LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG (MEDICAMENTO)	247110
HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG (MEDICAMENTO)	196685
OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA (MEDICAMENTO)	131746

SERTRALINA, CLORIDRATO 50 mg (MEDICAMENTO)	114176
METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG (MEDICAMENTO)	109650
METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG (MEDICAMENTO)	94720
ÁCIDO ACETIL SALICÍLICO 100 MG (MEDICAMENTO)	89850
ENALAPRIL, MALEATO 10 MG (MEDICAMENTO)	86230
ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG (MEDICAMENTO)	79630

7.1.6 DIRETRIZ Nº 6 - Ações de Vigilância Sanitária

O setor da vigilância sanitária conta com 2 fiscais sanitários sendo que um se encontra afastado por período indeterminado. Mesmo estando com falta de recursos humanos, a fiscal realiza todas as ações, além de realizar ações educativas com o projeto fiscal mirim, projeto esse realizados com alunos da educação fundamental das escolas municipais e escola estadual do município. Foram realizadas no período 812 ações.

7.1.7 DIRETRIZ Nº 7 - Ações de Vigilância Epidemiológica

Antônio Carlos possui a vigilância em saúde implantada com 1 enfermeira epidemiológica e um agente de endemias. Com relação ao controle de endemias, o município conta 51 armadilhas e 23 pontos estratégicos para controle da Dengue.

7.1.8 DIRETRIZ Nº 8 - Gestão em Saúde

Fortalecer a Atenção Básica e dar suporte a equipe de saúde é o alicerce da gestão. Foram realizadas capacitações para os profissionais de saúde, além de custear congressos para os profissionais, garantindo uma educação permanente de qualidade para multiplicadores.

No controle social, ainda há pouco interesse por parte da população em participar do conselho de saúde, um provável desconhecimento sobre a importância do conselho, problema esse trabalhado pela gestão durante todo

ano de 2020, com divulgação do conceito e importância do conselho municipal de saúde.

8 INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA

A pactuação de responsabilidades e metas é parte indissociável do processo do planejamento em saúde. Anualmente, municípios, estados e governo federal definem e pactuam metas para um conjunto de indicadores. Estas metas representam as responsabilidades dos gestores, buscando viabilizar o seu cumprimento e a qualificação de áreas estratégicas para a saúde.

As metas expressam compromisso para alcançar objetivos. Para estabelecê-las, alguns fatores devem ser considerados: desempenho em anos anteriores em cada indicador; compreensão do estágio atual e a factibilidade para o seu cumprimento, levando-se em consideração a disponibilidade dos recursos necessários, a capacidade organizacional e os condicionantes políticos e econômicos no período.

São indicadores de pactuação nacional (23 indicadores) e estadual (11 indicadores). Alguns valores para o ano de 2020 são preliminares e serão atualizados à medida em que as bases dos sistemas de informação forem consolidadas para o ano anterior, a partir da revisão pelas áreas técnicas, como é o caso do banco de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

Em relação aos indicadores, a SES implantou um Tabnet estadual para acesso à série histórica de dados e indicadores que compõem o rol federal e estadual. O que possibilitou o acesso à informação e o suporte na tomada de decisão na proposição dos indicadores.

Na atenção básica, o acesso da população a serviços de qualidade em toda a rede SUS era uma das metas na gestão 2014-2017. No entanto, as dificuldades para realização das ações propostas ocorreram em função do impasse para aquisição dos materiais e equipamentos destinados a estas atividades. As ações não implementadas em 2020 foram reprogramadas no plano de ação 2021, muitas em razão da pandemia. Como um dos pontos do plano de enfrentamento ao novo Coronavírus, a Secretaria de Saúde tomou a decisão de suspender os serviços ambulatoriais e atendimentos presenciais nas ESFs para evitar

aglomerações e garantir o distanciamento social seguro aos usuários. Manteve-se somente os atendimentos de emergência nas ESFs e ESBs e as rotinas de pré-natal foram mantidas. Em setembro de 2020, os serviços retornaram com 40% da sua capacidade. E somente em Out./2020 que alguns serviços retornaram em 60% da capacidade e gradualmente alcançando 100% em Nov./2020.

Registrou-se ainda a queda em alguns atendimentos e procedimentos, no início de 2020, motivada por dificuldades que geraram impacto nas ações de saúde em todos os níveis de assistência. As principais dificuldades encontradas durante o ano de 2020 para a realização das atividades:

- Falta de RH;
- Pandemia pelo Novo Coronavírus

Os resultados não foram inseridos no DigiSUS por dificuldade do cálculo para a meta alcançada, desta forma segue abaixo o quadro 11 com as metas alcançadas:

Os indicadores 10 , 17 , 19 a 22 não foram disponibilizados por suas respectivas áreas técnicas

Quadro 11: INDICADORES SISPACTO

Nº	Tipo	Indicador	Resultado	Unidade de Medida
1	U	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	10	Número
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Não se aplica	Percentual
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	98,31	Percentual
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose,	100	Percentual

		Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada		
5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	100	Percentual
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	0	Percentual
7	E	Número de Casos Autóctones de Malária	Não se Aplica	Número
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	2	Número
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0	Número
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Sem apuração	Percentual
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,20	Razão
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0,03	Razão
13	U	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	42,22	Percentual
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	2,22	Percentual
15	U	Taxa de mortalidade infantil	14,81	Número
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	0	Número

17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Sem apuração	Percentual
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	19,81	Percentual
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Sem apuração	Percentual
20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Sem apuração	Percentual
21	E	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Não se Aplica	Percentual
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Sem apuração	Número
23	U	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100	Percentual

9 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Nos últimos anos, o interesse no gasto em atenção primária à saúde (APS) cresceu em virtude de uma série de reformas realizadas na sua organização e financiamento. Dados sobre esses e outros gastos são declarados por subfunções pelos gestores da saúde por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). No orçamento público, as subfunções detalham em que área de despesa a ação governamental foi realizada.

A tabela 7 apresenta a despesa por subfunção em cada fonte de recurso, no ano de 2020.

Tabela 7: DESPESA TOTAL EM SAÚDE POR FONTE E SUBFUNÇÃO

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção
--

Subfunções		Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	6.746.668,18	3.023.008,64	93.769,13	149.600,00	73.315,70	10.086.361,65
	Capital	296.267,26	19.127,52	51.301,93	280.000,00	0,00	646.696,71
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	21.418,01	24.648,84	0,00	0,00	54.942,71	101.009,56
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	2.855,90	2.855,90
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	59.450,55	46.486,81	0,00	0,00	0,00	105.937,36
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		7.123.804,00	3.113.271,81	145.071,06	429.600,00	131.114,31	10.942.861,18

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

O total de despesa empenhada em 2020 foi de R\$ 10.942.861,18 sendo que a liquidada foi de R\$ 10.404.988,70. O Município de Antônio Carlos aplicou recursos de acordo com cada programa, sempre avaliado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Analisando a tabela 7, verificamos uma despesa empenhada total de 2020 foi no valor de R\$ 10.942.861,18. Na atenção básica o total de despesas foi de 10.733.058,36, sendo que R\$ 7.042.935,44 provenientes de impostos, R\$3.042.136,16 provenientes de recursos vinculados do governo federal e 145.071,06 reais do governo estadual, R\$ 429.600,00 de Transferências de Convênios destinadas à Saúde e R\$ 73.315,70 de outros recursos destinados à saúde. Foram investidos 296.267,26 reais de receita própria com material permanente. Com a vigilância sanitária a despesa foi de R\$ 103.865,46 e epidemiológica R\$ 105.937,36.

9.2 Indicadores financeiros

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) coleta, recupera, processa, armazena, organiza e disponibiliza dados e informações sobre receitas totais e despesas com ações e serviços públicos de saúde, para possibilitar o monitoramento da aplicação de recursos pelos entes da Federação.

O banco de dados do SIOPS é alimentado pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, por meio do preenchimento de dados, que

tem por objetivo apurar as receitas totais e os gastos em ações e serviços públicos de saúde.

O preenchimento de dados do SIOPS tem natureza declaratória e busca manter compatibilidade com as informações contábeis geradas e mantidas pela União, pelos estados e municípios, em conformidade com a codificação de classificação de receitas e despesas, definida em portarias pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/Ministério da Fazenda (MF).

Os dados da União, estados e municípios são coletados mediante aplicativo de auto-preenchimento fornecido pelo Ministério da Saúde, online, para informação sobre a execução bimestral. O módulo de coleta de dados inclui série de filtros, alertas e mecanismos de controle da qualidade da informação prestada.

As informações coletadas pelo SIOPS são provenientes do setor responsável pela contabilidade do ente federado, podendo-se utilizar deste sistema para o preenchimento dos dados contábeis ou informações dos relatórios e demonstrativos de execução orçamentária e financeira dos governos federal, estadual e municipal.

Tais informações são inseridas no sistema e transmitidas eletronicamente, pela internet, para o banco de dados do DATASUS, do Ministério da Saúde, gerando indicadores, de forma automática, a partir das informações declaradas pelos entes federados.

Na tabela 8 segue os indicadores do município de Antônio Carlos referente ao ano de 2020.

Tabela 8: INDICADORES DO ENTE FEDERADO

Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	8,91 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	69,90 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	9,83 %

1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	80,62 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	21,58 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	57,28 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.285,43
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	61,72 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	6,50 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	17,86 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,72 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	36,90 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	22,60 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 22/06/2023.

De acordo com os indicadores, a despesa total em reais por habitante no ano analisado foi de R\$ 1.285,43.

O ordenamento vigente estabelece limites para aplicação de recursos na Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

Na Saúde o limite mínimo é de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2020 – artigo 77, II, e §4º. Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Constatou-se que o município aplicou o montante de **R\$ 6.870.251,82** em gastos com Ações e Serviços de Saúde, o que corresponde a **21,76%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de R\$ 2.133.740,13, representando 6,76%

do mesmo parâmetro, CUMPRINDO o disposto no artigo 77, II, e §4º. Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 12: APURAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 2020

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	31.576.744,59	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.690.509,00	33,86
Atenção Básica	9.535.089,00	30,20
Vigilância Sanitária	103.865,46	0,33
Vigilância Epidemiológica	1.051.554,54	3,33
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	3.820.257,18	12,10
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	6.870.251,82	21,76
Valor Mínimo a ser Aplicado	4.736.511,69	15,00
Valor Acimado Limite	2.133.740,13	6,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico 7 apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

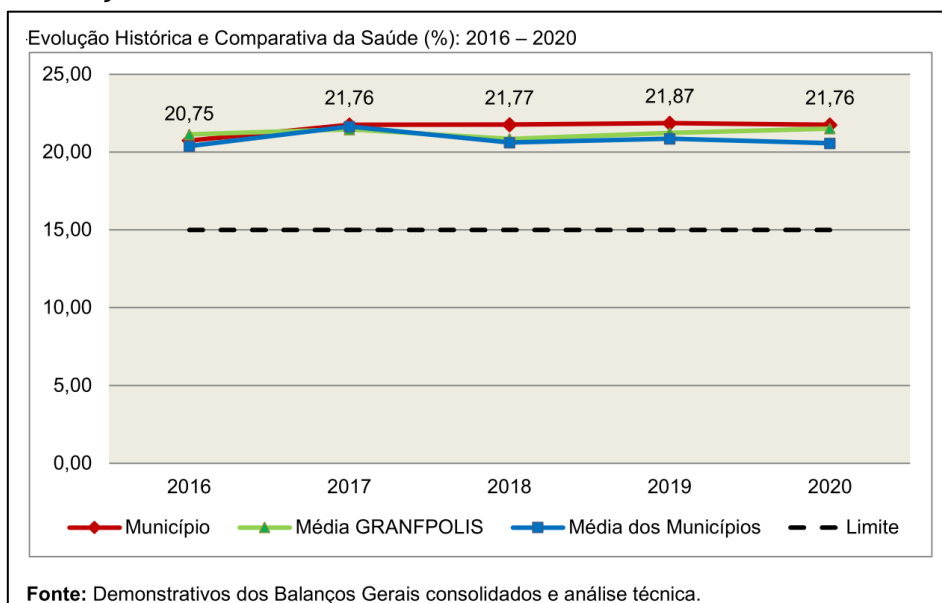


Gráfico 7: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPARATIVA DA SAÚDE (%) 2016-2020

O gráfico 7 demonstra que o Município de Antônio Carlos em 2020 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

9.3 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é uma publicação bimestral que apresenta as informações fiscais consolidadas de cada ente do país. Congrega as informações da execução orçamentária de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, e deve ser publicado pelas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal. É exigência do § 3º, art. 165, da Constituição Federal/88 e deve ser publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Quadro 13: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) - RECEITA

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.273.500,00	4.273.500,00	4.899.097,09	114,64
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.971.000,00	1.971.000,00	1.465.740,38	74,37
IPTU	1.880.000,00	1.880.000,00	1.307.915,97	69,57
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	91.000,00	91.000,00	157.824,41	173,43
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	303.000,00	303.000,00	609.876,98	201,28

ITBI	300.000,00	300.000,00	609.876,98	203,29
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.127.500,00	1.127.500,00	1.648.869,44	146,24
ISS	1.102.500,00	1.102.500,00	1.627.552,20	147,62
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	25.000,00	25.000,00	21.317,24	85,27
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	872.000,00	872.000,00	1.174.610,29	134,70
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	25.790.000,00	25.790.000,00	26.610.947,36	103,18
Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	7.046.317,58	92,71
Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	21.035,23	52,59
Cota-Parte do IPVA	1.900.000,00	1.900.000,00	1.890.345,81	99,49
Cota-Parte do ICMS	16.000.000,00	16.000.000,00	17.412.868,11	108,83
Cota-Parte do IPI - Exportação	240.000,00	240.000,00	240.380,63	100,16

Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	30.063.500,00	30.063.500,00	31.510.044,45	104,81

Quadro 14: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) - DESPESA

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.769.399,00	7.229.280,30	7.042.935,44	97,42	7.006.498,75	96,92	6.879.856,83	95,17	36.436,69
Despesas Correntes	6.531.399,00	6.869.959,82	6.746.668,18	98,21	6.713.575,49	97,72	6.586.933,57	95,88	33.092,69
Despesas de Capital	238.000,00	359.320,48	296.267,26	82,45	292.923,26	81,52	292.923,26	81,52	3.344,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	20.000,00	45.000,00	21.418,01	47,60	21.418,01	47,60	20.569,53	45,71	0,00
Despesas Correntes	20.000,00	45.000,00	21.418,01	47,60	21.418,01	47,60	20.569,53	45,71	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	68.000,00	68.000,00	59.450,55	87,43	59.450,55	87,43	59.450,55	87,43	0,00
Despesas Correntes	68.000,00	68.000,00	59.450,55	87,43	59.450,55	87,43	59.450,55	87,43	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.857.399,00	7.342.280,30	7.123.804,00	97,02	7.087.367,31	96,53	6.959.876,91	94,79	36.436,69

Quadro 15: APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM APS

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.123.804,00	7.087.367,31	6.959.876,91
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	7.123.804,00	7.087.367,31	6.959.876,91
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.726.506,66
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.397.297,34	2.360.860,65	2.233.370,25
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO	22,60	22,49	22,08

EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			
--	--	--	--

Quadro 16: HISTÓRICO EMPENHOS

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2020	4.726.506,66	7.123.804,00	2.397.297,34	163.927,09	0,00	0,00	0,00	163.927,09	0,00	2.397.297,34
Empenhos de 2019	4.626.160,20	6.887.999,35	2.261.839,15	46.942,20	0,00	0,00	38.424,30	0,00	8.517,90	2.253.321,25
Empenhos de 2018	4.162.997,67	5.935.813,33	1.772.815,66	0,00	105.701,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878.517,34
Empenhos de 2017	3.061.797,95	5.375.436,66	2.313.638,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313.638,71
Empenhos de 2016	3.507.563,37	4.856.640,86	1.349.077,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.349.077,49
Empenhos de 2015	4.597.840,02	4.919.102,20	321.262,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.262,18
Empenhos de 2014	3.014.450,23	4.198.684,36	1.184.234,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.184.234,13
Empenhos de 2013	2.641.092,91	3.834.723,35	1.193.630,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.193.630,44

Quadro 17: RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100

COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO				
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.204.600,00	2.204.600,00	3.897.650,43	176,80
Provenientes da União	1.998.600,00	1.998.600,00	3.255.604,32	162,89
Provenientes dos Estados	206.000,00	206.000,00	642.046,11	311,67
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	10.000,00	10.000,00	1.568,84	15,69
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.214.600,00	2.214.600,00	3.899.219,27	176,07

Quadro 18: DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.172.800,00	4.626.272,24	3.690.122,92	79,76	3.190.374,93	68,96	3.155.867,02	68,22	499.747,99
Despesas Correntes	1.782.800,00	3.872.557,26	3.339.693,47	86,24	2.852.327,48	73,65	2.820.598,57	72,84	487.365,99
Despesas de Capital	390.000,00	753.714,98	350.429,45	46,49	338.047,45	44,85	335.268,45	44,48	12.382,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Gestão – RAG 2020

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	111.900,00	134.446,48	82.447,45	61,32	81.004,29	60,25	81.004,29	60,25	1.443,16
Despesas Correntes	109.900,00	130.590,58	79.591,55	60,95	79.208,39	60,65	79.208,39	60,65	383,16
Despesas de Capital	2.000,00	3.855,90	2.855,90	74,07	1.795,90	46,58	1.795,90	46,58	1.060,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	32.800,00	64.529,31	46.486,81	72,04	46.242,17	71,66	42.714,19	66,19	244,64
Despesas Correntes	31.800,00	63.529,31	46.486,81	73,17	46.242,17	72,79	42.714,19	67,24	244,64
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.317.500,00	4.825.248,03	3.819.057,18	79,15	3.317.621,39	68,76	3.279.585,50	67,97	501.435,79

Quadro 19: DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.942.199,00	11.855.552,54	10.733.058,36	90,53	10.196.873,68	86,01	10.035.723,85	84,65	536.184,68

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	131.900,00	179.446,48	103.865,46	57,88	102.422,30	57,08	101.573,82	56,60	1.443,16
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	100.800,00	132.529,31	105.937,36	79,94	105.692,72	79,75	102.164,74	77,09	244,64
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.174.899,00	12.167.528,33	10.942.861,18	89,93	10.404.988,70	85,51	10.239.462,41	84,15	537.872,48
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	2.317.500,00	4.825.248,03	3.819.057,18	79,15	3.317.621,39	68,76	3.279.585,50	67,97	501.435,79
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	6.857.399,00	7.342.280,30	7.123.804,00	97,02	7.087.367,31	96,53	6.959.876,91	94,79	36.436,69

9.4 Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Tabela 9: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2020 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	10122501821C0 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	R\$ 3.475,00	R\$ 3.475,00

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2020 (Fonte: FNS)	Valor Executado
	10305502320YJ - FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10122501821C0 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	R\$ 1.178.084,81	R\$ 1.178.084,81
	10301501920YI - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	R\$ 86,69	R\$ 86,69
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 1.607.134,48	R\$ 1.607.134,48
	1030150192E79 - EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00
	1030150192E89 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
	1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 10.978,14	R\$ 10.978,14
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA	R\$ 123.392,44	R\$ 123.392,44

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2020 (Fonte: FNS)	Valor Executado
	PROCEDIMENTOS NO MAC		
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 50.226,72	R\$ 50.226,72
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 13.516,80	R\$ 13.516,80
	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 40.821,50	R\$ 40.821,50

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

- 1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.
- 2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5 Covid-19 Repasse União

Quadro 20: DEMONSTRATIVO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	
Descrição do recurso	Valor do Recurso
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	1.178.084,81
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	3.475,00
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	1.765,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	73.315,70
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	6.634,52

Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	1.263.275,03
--	---------------------

Os repasses para enfrentamento do coronavirus – COVID 19, foram efetuados mensalmente como segue na tabela abaixo:

Tabela 10: REPASSES COVID MENSAL

Mês	Valor
Março	R\$ 24.306,89
Abril	R\$ 11.353,14
Mai	R\$ 30.000,00
Junho	R\$ 0,00
Julho	R\$ 500.000,00
Agosto	R\$ 195.447,00
Setembro	R\$ 172.575,00
Outubro	R\$ 26.355,78
Novembro	R\$ 136.181,00
Dezembro	R\$ 60.000,00

Cada repasse possui destinação de aplicação definido em portaria. Desse valor total foram recebidos para aplicação em:

PORTARIA Nº 480, DE 23 DE MARÇO DE 2020: R\$ 24.306,89, estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.

“I - valor mínimo a ser repassado a cada município correspondente a R\$ 2,00 (dois reais) per capita, conforme estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, publicada no Diário Oficial da União; IV - o valor per capita máximo a ser distribuído aos municípios não poderá exceder o correspondente a R\$ 5,00 (cinco reais) per capita;”

PORTARIA Nº 430, DE 19 DE MARÇO DE 2020: R\$ 30.000,00, estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

“Art. 5º O valor do incentivo financeiro por USF ou UBS que cumprir os requisitos previstos no art. 4º será equivalente à:

II - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, para as USF ou UBS com funcionamento mínimo de 75 (setenta e cinco) horas semanais.”

PORTARIA Nº 774, DE 9 DE ABRIL DE 2020: R\$ 11.353,14, estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Grupos do Piso de Atenção Básica-PAB e de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus - COVID 19.

PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020: R\$ 695.447,00, dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19.

“Art. 2º Para a distribuição dos recursos financeiros foram adotados os seguintes critérios:

I - para a gestão Municipal:

a) faixa populacional, com base na população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Tribunal de Contas da União em 2019 (IBGE/TCU/ 2019);

b) valores de produção de Média e Alta Complexidade registrados nos Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, no ano de 2019; e

c) valores transferidos aos Municípios e Distrito Federal relativo ao Piso de Atenção Básica (PAB), no exercício de 2019.”

PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020: R\$ 21.866,00, dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.

“Art. 1º Esta portaria dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, descritos no anexo a esta Portaria, para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.

§ 1º O valor a ser transferido aos Municípios e ao Distrito Federal atende as regras de incentivo financeiro de custeio às ações no âmbito do Programa Saúde na Escola instituídas no art. 12 da Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017.”

PORTARIA Nº 1.797, DE 21 DE JULHO DE 2020: R\$ 300.000,00, Credencia temporariamente Municípios a receberem incentivos financeiros referentes aos Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.

Quadro 21: CREDENCIAMENTO CENTRO DE REFERENCIA COVID

UF	IBGE	Município	CNES	Serviço Credenciado Temporariamente	Valor Mensal	Valor Total - 4 competências
SC	420120	ANTONIO CARLOS	9154604	Centro de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19 Tipo 1	R\$ 60.000,00	R\$ 240.000,00

PORTARIA Nº 2.358, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020: R\$ 18.000,00, institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19.

“§ 1º Os valores previstos no Anexo II a esta Portaria foram definidos com base nos seguintes critérios:

I - por cada profissional de saúde, foi estabelecido o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), considerada a atuação desses profissionais na execução das ações

de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de Covid-19 de que trata esta Portaria nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020; e

II - os quantitativos de profissionais por município e Distrito Federal, definidos no Anexo II a esta Portaria, foram calculados considerando o porte populacional dos municípios e Distrito Federal”

PORTARIA Nº 2.405, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020: R\$ 19.920,00, institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

“Art. 2º Para efeitos desta Portaria, entende-se por populações específicas:

I - população indígena não aldeada;

II - populações dispersas;

III - populações do campo, da floresta e das águas;

IV - população ribeirinha;

V - população assentada;

VI - população quilombola;”

PORTARIA Nº 2.405, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020: R\$ 19.920,00, institui incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

VII - população em situação de rua;

VIII - povo cigano;

IX - população circense;

X - população privada de liberdade;

XI - adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;

XII - população residente em áreas de comunidades e favela;

XIII - grupos populacionais que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e

XIV - demais povos e comunidades tradicionais.

PORTARIA Nº 2.222/GM/MS, DE 25 DE AGOSTO DE 2020: R\$ 14.655,00, Institui, em caráter excepcional e temporário, Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério e o incentivo financeiro federal de custeio para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus.

“Art. 2º Ficam instituídas Ações Estratégicas de Apoio à Gestação, Pré-Natal e Puerpério, com objetivo de fortalecer e garantir o cuidado das gestantes e puérperas no contexto da ESPIN decorrente da pandemia de coronavírus.

I - a identificação precoce, o acompanhamento e o monitoramento de gestantes e puérperas com síndrome gripal, síndrome respiratória aguda grave ou com suspeita ou confirmação de covid-19;

II - a qualificação das ações de atenção ao pré-natal, parto e puerpério em todos os pontos da rede de atenção à saúde, no contexto da pandemia de coronavírus;
e

III - o suporte ao distanciamento social para gestantes e puérperas que não possuam condições para realização de isolamento domiciliar.”

PORTARIA Nº 2.516, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020: R\$ 26.355,78, Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19.

“Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a transferência de recursos financeiros de custeio para financiar a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (Anexo I da Rename) utilizados no âmbito da saúde mental, em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19.”

PORTARIA Nº 3.008, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020: R\$ 1.931,00, Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio para

apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para viabilização do acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

PORTARIA Nº 2.994, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020: R\$ 15.250,00, Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Quadro 22: DESPESAS DECORRENTES DO ENFRENTAMENTO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	887.164,52	859.619,62	854.395,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	1.765,00	1.765,00	1.765,00

Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	888.929,52	861.384,62	856.160,72

Gerado em 22/06/2023 16:37:05

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6 Covid-19 Recursos Próprios

Quadro 23: DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	
Descrição do recurso	Valor do Recurso
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	58.452,66
Total	58.452,66

Tabela 11: DESPESAS DECORRENTES DO ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	58.452,66	58.452,66	58.452,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00

Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	58.452,66	58.452,66	58.452,66

Gerado em 22/06/2023 16:37:04

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7 Covid-19 Repasse Estadual

Não houve repasse estadual para enfrentamento do COVID-19

As aplicações dos recursos foram de acordo com o estabelecido em cada portaria ministerial.

Apresentamos elas abaixo:

Quadro 24: DESPESAS COVID

DESPESAS COVID		
Complemento	Descrição	Valor
31900000	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 755.072,65
31900402	Serviços Temporários de Agentes de Saúde	R\$ 9.000,00
31900499	Outros serviços temporários	R\$ 127.999,83
31901101	vincimentos e salários	R\$ 452.791,64
31901143	13º Salário	R\$ 45.700,21
31901302	Contribuição previdenciária - INSS	R\$ 471,96
31901600	Horas extras	R\$ 112.258,51
31909407	Indenização por demissão de servidor	R\$ 6.850,50
33903000	Material de Consumo	R\$ 156.542,53
33903009	Material farmacológico	R\$ 27.620,16
33903022	Material de limpeza e higienização	R\$ 34.871,92
33903028	Material de Proteção e segurança	R\$ 34.946,65
33903036	Material Hospitalar	R\$ 56.284,80
33903044	Material de sinalização visual	R\$ 299,00
33903099	outros materiais de consumo	R\$ 2.520,00
33903401	Substituição de mão de obra	R\$ 18.450,00
33903900	Serviços de terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 8.965,00
33903914	locação de bens móveis e outras naturezas	R\$ 1.200,00
33903948	Serviços de Seleção e Treinamento	R\$ 2.500,00
33903963	Serviços Gráficos e Editoriais	R\$ 1.695,00
33903999	Outros serviços de terceiros	R\$ 3.570,00
44900000	Material Permanente	R\$ 8.352,00
44905208	Aparelhos, equip., Utens. Médicos	R\$ 8.352,00
	Total	R\$ 947.382,18

As despesas com material de consumo foram conforme segue abaixo:

Quadro 25: DESPESA MATERIAL DE CONSUMO

33903000	Material de Consumo	R\$ 156.542,53
33903009	Material farmacológico	R\$ 27.620,16
33903022	Material de limpeza e higienização	R\$ 34.871,92
33903028	Material de Proteção e segurança	R\$ 34.946,65
33903036	Material Hospitalar	R\$ 56.284,80
33903044	Material de sinalização visual	R\$ 299,00
33903099	outros materiais de consumo	R\$ 2.520,00

Material farmacológico, foram adquiridos medicamentos para distribuição e uso interno como segue:

Quadro 26: DESPESA MATERIAL FARMACOLÓGICO

3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLOGICO	
MEDICAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE
CARBAMAZEPINA	10.000	COMPRIMIDOS
CARBAMAZEPINA	120	FRASCOS
DIAZEPAM	72	AMPOLAS
CLORPROMAZINA	3.000	COMPRIMIDOS
AMITRIPTILINA	26.000	COMPRIMIDOS
FENORBARBITAL	3.000	COMPRIMIDOS
HALOPERIDOL	50	AMPOLAS
FLUMAZENIL	10	AMPOLAS
BIBERIDENO	2.000	COMPRIMIDOS
HALOPERIDOL	1.000	COMPRIMIDOS
PROMAZEPINA	1.600	COMPRIMIDOS
PROMAZEPINA	100	AMPOLAS
ACIDO VALPROICO	12.000	COMPRIMIDOS
CLOMIPRAMINA	1.600	COMPRIMIDOS
HALOPERIDOL	50	FRASCOS
LEVODOPA	6.960	COMPRIMIDOS
CLONAZEPAM	200	FRASCOS
IVERMECTINA	19.500	COMPRIMIDOS
HIDROXOCOROQUINA	300	COMPRIMIDOS
CARBONATO DE LITIO	7.000	COMPRIMIDOS
FLUOXETINA	23.010	COMPRIMIDOS
NORTRIPTILINA	5.000	COMPRIMIDOS
DIAZEPAM	10.020	COMPRIMIDOS
VALPROATO DE SODIO	200	FRASCOS

Material de limpeza e higienização para uso nas UBS:

Quadro 27: DESPESA MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

3.3.90.30.22	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
DISPENSER ALCOOL (ESCOLAS)	21	UNIDADE
DISPENSER SABONETE	30	UNIDADE
DISPENSER SABONETE ESCOLAS	90	UNIDADE
ALCOOL 70%	1.804	UNIDADE
PAPEL TOALHA	100	PACOTES
PAPEL HIGIENICO	100	PACOTES
BALDE PLASTICO	15	UNIDADE
DISPENSER ALCOOL	3	UNIDADE
BORRIFADOR ESCOLAS	21	UNIDADE
LIXEIRA	46	UNIDADE
DISPENSER PAPEL	20	UNIDADE
ALCOOL 70% (ESCOLAS)	294	UNIDADE
RODO	15	UNIDADE
BASE RODO	30	UNIDADE
CLORO	100	FRASCOS
FLANELA	30	UNIDADE
PASTA CRISTAL	10	UNIDADE
AGUA SANITARIA	30	GALÕES
SACO LIXO	10	PACOTES

O aparecimento da Covid-19 colocou em alerta os estabelecimentos de saúde, que precisaram rever e redobrar suas práticas de segurança e proteção. Nesse contexto, o uso de EPI'S para coronavírus tem sido não apenas relevante, mas a forma mais eficiente de combate à propagação da doença transmitida pelo vírus. Logo, a unidade de saúde têm a obrigação de adquirir equipamentos de proteção individual (EPI's) de maneira criteriosa. Assim, propiciarão mais segurança aos profissionais e a todos que utilizam os serviços de saúde.

Assim, o quadro 28 demonstra a aquisição de EPI, para os profissionais de saúde:

Quadro 28: PROTEÇÃO E SEGURANÇA

3.3.90.30.28	PROTEÇÃO E SEGURANÇA	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
LUVA	200	CAIXAS
MASCARA	750	CAIXAS
TOUCA	30	CAIXAS
ÓCULOS	25	UNIDADE
CALÇA HOSPITALAR	340	UNIDADE
PROPE	10	PACOTES
PROTETOR FACIAL (ESCOLAS)	37	UNIDADE
ALCOOL 70% (ESCOLAS)	480	FRASCOS
AVENTAL	1.900	UNIDADE
MASCARAS DE PANO (ESCOLAS)	4.000	UNIDADE

Material Hospitalar para uso no atendimento à população:

Quadro 29: DESPESA MATERIAL HOSPITALAR

3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
AGULHA	70	CAIXAS
AVENTAL	500	UNIDADE
OCULOS	20	UNIDADE
APARELHO DE PRESSÃO	2	UNIDADE
MASCARAS DE PANO (ESCOLAS)	668	UNIDADE
TOUCA	10	CAIXAS
LUVA	380	CAIXAS
ESTETOSCOPIO	2	UNIDADE
TERMOMETRO	13	UNIDADE
TESTE COVID	120	UNIDADE
TERMOMETRO (ESCOLAS)	21	UNIDADE
OTOSCÓPIO	2	UNIDADE
SUORTE CAIXA DESCARPAK	3	UNIDADE

Para adaptar os atendimentos na unidade básica aos protocolos de distanciamento social, foram adquiridos material de sinalização visual.

Quadro 30: DESPESA MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL

3.3.90.30.44	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
CONE	10	UNIDADE

Quadro 31: OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

3.3.90.30.90	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
AVENTAL	300	UNIDADE

Ainda referente aos protocolos, os profissionais com sinais e sintomas respiratórios deveriam ficar afastados, tendo assim que ser substituídos:

Quadro 32: DESPESA SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA

3.3.90.34.01	SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
SERVIÇOS MÉDICOS	123	HORAS

As despesas com serviços de terceiros pessoas jurídicas foram da seguinte forma:

Quadro 33: DESPESA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

3.3.90.39.14	LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
SOM	30	HORAS

3.3.90.39-99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
GRAVAÇÃO DE SOM	3	UNIDADES

Serviços de som para orientar a população a ficar em casa para diminuir a propagação do vírus.

Quadro 34: DESPESA SERVIÇOS DE TREINAMENTO

3.3.90.48	SERVIÇOS DE TREINAMENTO	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
TREINAMENTO	1	MOTORISTAS E MONITORES DA EDUCAÇÃO

Motoristas e monitores da educação foram treinados para a adaptação aos protocolos de distanciamento nos ônibus escolares, na volta às aulas presenciais.

Quadro 35: DESPESA SERVIÇOS GRÁFICOS

3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
FAIXAS	18	UNIDADES

Foram confeccionadas faixas de conscientização distribuídas pela cidade, orientando o distanciamento social.

Além das despesas de custeio o município teve que investir em equipamentos de material permanente para o atendimento ambulatorial, nesse momento tão delicado.

Quadro 36: DESPESA MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.52.08	MATERIAL PERMANENTE	
MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE
POLTRONA HOSPITALAR	3	UNIDADE
MONITOR CARDIACO	1	UNIDADE

O gráfico abaixo demonstra que a maior parte da despesa foi com pessoal e encargos sociais, seguido por material de consumo.

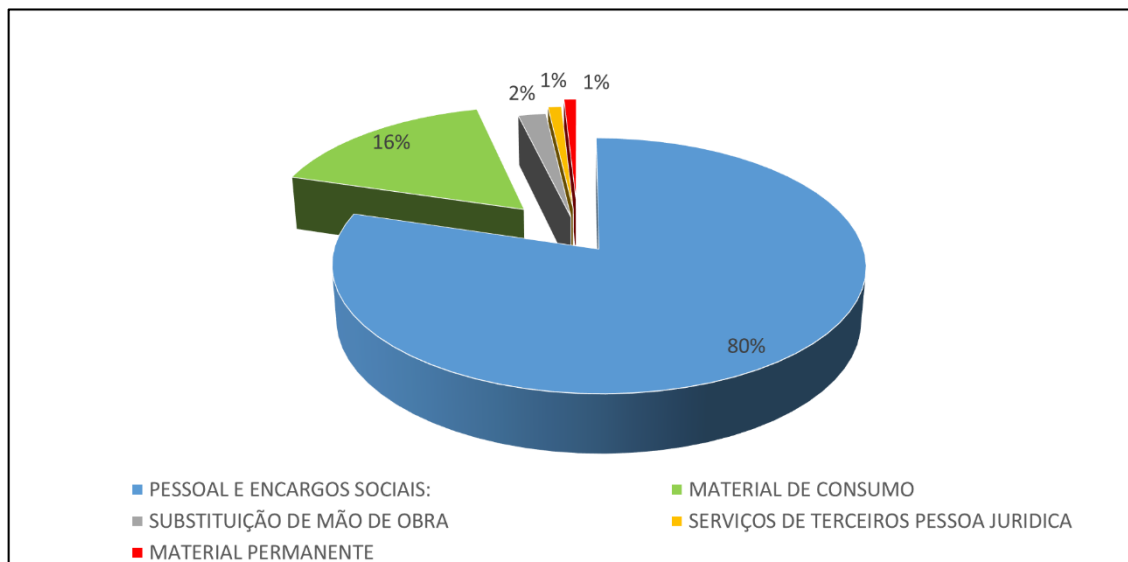


Gráfico 8: ESPESA ENFRENTAMENTO CORONAVIRUS – COVID 19

10 AUDITORIAS

Não houve auditorias no período analisado.

11 ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Secretaria Municipal de Saúde de Antônio Carlos apresentou o Relatório Anual de Gestão de 2020, visando analisar as propostas contidas no Plano de Saúde 2018-2021 e na Programação Anual de Saúde 2020 com o intuito de se ter um planejamento de ações, adequações e mudanças no setor público, obedecendo a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012 e na Portaria N.º 2.135 de setembro de 2013, observando aplicação correta da espécie disponibilizada pelos blocos.

Os princípios de universalidade, equidade, integralidade e participação da população, são indiscutíveis a essência de nossa política pública que tanto nos orgulha e que vem sendo construída com muitas dificuldades e a muitas mãos, tendo em comum a solidariedade e o respeito às pessoas e a um dos seus direitos mais fundamentais: o direito a uma condição digna de vida.

Nessa perspectiva, o Sistema Único de Saúde tem sido construído, ao longo das últimas décadas, com participação de gestores, usuários e profissionais da área da saúde. Sabemos que as demandas de saúde são ilimitadas e temos consciência que os recursos são limitados. Cabe então a gestão com o controle social eleger prioridades para que se utilize com máxima otimização os recursos financeiros existentes.

O Município, para atender a sua população nos encaminhamentos referenciados de especialidades, mantém com o Municípios vizinhos, a prestação dos respectivos atendimentos, mediante referenciamento por meio da Programação Pactuada Integrada – PPI, convênios e consórcios. Temos, portanto, os ingredientes básicos para sermos suficientes e com qualidade, com isso necessitamos de realizarmos a adequação e aquisição de equipamentos e materiais para o bom funcionamento e atendimento integral de nossos pacientes.

É preciso que o RAG 2020, não apenas analise, mas aponte soluções exequíveis, com compromissos assumidos por todos os profissionais de saúde, de normas e regras claras e que sigam as principais diretrizes de universalidade, equidade e integralidade, voltadas para a qualificação da atenção, e educação permanente do servidor, participação do Conselho de Saúde, com a finalidade de cumprirmos os objetivos e metas traçados e para a utilização adequada dos recursos financeiros.

É extremamente importante a profissionalização da gestão da saúde e a utilização de ferramentas de aferimento de desempenho das ações, que inclui traçar políticas públicas juntamente com a participação do controle social.

Percebeu-se, nesse ano de 2020, na execução das ações um grande esforço de capital humano, tecnológico e financeiro visando à superação dos problemas que estão ligados direta ou indiretamente com a saúde pública, considerando o atual perfil epidemiológico da população, que apresenta maiores prevalências das doenças crônicas e aumento constante da expectativa de vida.

Além disso, a pandemia causada pelo novo coronavírus redirecionou boa parte dos esforços da gestão. Foi um ano extremamente desafiador em todos os aspectos. Tivemos que encontrar respostas rápidas para questões complexas no intuito de estruturarmos um sistema de saúde que fosse capaz de atender a população de acordo com a urgência que o caso exigiu.

O enfrentamento deste cenário não se constituiu em uma tarefa simples, pelo contrário, foi extremamente complexo, e não lograria qualquer tipo de êxito, se não com a integração dos Entes Federados, dos Poderes, dos Conselhos de Saúde, da excelência técnica a serviço desta Secretaria Municipal de Saúde e da contribuição da população de forma geral.

Diante desse quadro de realidade, avançamos na implantação de serviços de saúde que permitissem ao cidadão proximidade com o município quanto a orientação sobre os procedimentos científicos recomendados para o enfrentamento do coronavírus.

Atuamos com ampla transparência, prestando informações claras e minuciosas aos Órgãos de Controle quanto ao uso dos recursos emergenciais para o combate à pandemia do novo coronavírus.

Para isso, trabalhamos diuturnamente, sem feriados ou finais de semana. Vários dos nossos profissionais estão esgotados, mas seguem na luta por dias melhores. Perdemos uma profissional, técnica em enfermagem, para esse vírus tão letal. Caminhamos até o limite do humanamente possível. Evidentemente, algumas políticas de saúde foram comprometidas e isso ampliará o desafio a SUS imposto no momento pós pandemia.

Do orçamento de R\$ 12.167.528,33 disponibilizado para o exercício de 2020 para a Saúde com recursos vinculados, fora efetivado o total de despesas de R\$ 10.404.988,70, correspondendo a 85,51% do total de receita de recursos vinculados.

Já o valor repassado de recursos de impostos do ano de 2020 foi de R\$ 4.899.097,09, que equivale a um percentual de 22,60% de recursos próprio do

município aplicado em saúde. Isso revela a extensão dos trabalhos realizados pelo Município de Antônio Carlos, dedicados à melhoria da saúde pública dentro de um processo de planejamento eficiente, de responsabilidade fiscal de participação social. Considerando que dentre os vários desafios enfrentados diariamente na saúde pública, faz-se necessário cada vez mais a responsabilização na manutenção do financiamento dos demais entes federados, com o fito de garantir condições para o desenvolvimento e o cumprimento integral das ações pactuadas.

Por fim, é sabido da necessidade contínua de avançar mais com os dispositivos existentes e também de outros novos, todavia, é preciso o envolvimento de todos os atores (usuários, trabalhadores, prestadores e gestores das três esferas governamentais) atuem de forma integrada, solidária e sistêmica do SUS.

12 RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

O Relatório de gestão Anual – RAG de 2020 evidencia os esforços empenhados para que as metas sejam atingidas dentro do município, servindo de base para a gestão dos próximos, a fim de fundamentar as ações a serem realizadas e maximizar os resultados positivos já alcançados até o presente momento. Aliado a isto, a Programação Anual de Saúde deve seguir a mesma linha de planejamento, servindo de norteador para as ações de saúde.

No presente Relatório, apresentamos o desempenho quantitativo e qualitativo dos processos de trabalho desenvolvidos por esta Secretaria Municipal de Saúde. A reflexão sobre a avaliação dos resultados alcançados no ano de 2020, servirão de base para a discussão sobre a estratégia de alcance das metas de 2021.

Trabalhamos para que a saúde do município seja eficiente, resolutiva e de qualidade, partindo da porta de entrada que é a Atenção Básica, a fim diminuir os encaminhamentos para a média e alta complexidade evitando gastos desnecessários com recursos públicos.

Em função da pandemia, centraremos esforços no processo de imunização da população, bem como necessitaremos intensificar esforços na condução de políticas de saúde que foram prejudicadas pela sobrecarga imposta ao sistema de saúde.

Portanto para 2021 nosso objetivo é continuar intensificando o cuidado e resolutividade para com a Atenção a Saúde da população do município de Antônio Carlos.